
ALGUMAS QUESTÕES ELEMENTARES SOBRE
ESTRATÉGIA AÉREA

António de Jesus Bispo

ALGUMAS QUESTÕES ELEMENTARES SOBRE ESTRATÉGIA AÉREA (*)

INTRODUÇÃO

A Estratégia Aérea é um dos Ramos da Estratégia Militar Geral. Significa esta afirmação que existe uma problemática própria associada à génese e aplicação da componente aérea da força militar. As razões da especificidade residem nas características do ambiente de operações e na tecnologia dos meios aéreos que proporcionam potencialidades estratégicas específicas, assim como vulnerabilidades próprias. Está assim justificada uma compartimentação correspondente dentro do corpo de conhecimentos em que a Estratégia se constitui.

Quando se trata deste tema da Estratégia Aérea, assim como no caso mais envolvente da Estratégia, é conveniente considerar dois níveis, para um melhor entendimento do seu conteúdo; são eles:

- um nível de abstracção ou de sedimentação de conhecimentos, donde resultam os grandes princípios gerais;
- um nível do concreto onde se desenrolam as acções aéreas estratégicas e onde tem lugar a respectiva conduta.

É nesta orientação que iremos relatar de forma sucinta os aspectos mais significativos de alguns casos de aplicação de estratégias aéreas, e apresentar numa outra parte uma abordagem simples à Estratégia Aérea. Desde logo, importa esclarecer o que se deverá entender por acção aérea estratégica. Para simplificar, poderemos dizer que é toda a acção que é concebida, preparada e conduzida por forma a produzir efeitos na condução geral da guerra sem relação mandatória directa e imediata com as acções em curso num dado teatro de operações, e com execução que normalmente se desenvolve num espaço exterior ao daquele teatro de operações. É neste sentido que muitas vezes se tem associado a acção aérea estratégica ao

(*) Exposição efectuada ao CDN/89 em 88NOV26 (PORTO e 88DEZ12 (LISBOA).

bombardeamento aéreo no interior do território, inimigo, o que é uma interpretação restritiva, na medida em que outras acções, para além do bombardeamento, se poderão também classificar como estratégicas.

PODER AÉREO

A Estratégia Aérea tem a ver com a génese e aplicação do Poder Aéreo; nesta conformidade importa que se defina o Poder Aéreo. Wells, na sua obra «War in the Air», publicada em 1908, considerava o poder aéreo como o produto do parque aeronáutico nacional.

Trata-se de uma definição muito simples, que se nos afigura insuficiente para caracterizar aquilo que hoje se considera como Poder Aéreo.

Em 1921, DOUHET considera Poder Aéreo como o domínio do ar — iremos ter oportunidade de verificar a ambiguidade da expressão «o domínio do ar», pelas várias interpretações possíveis, no plano prático.

Com o decorrer dos tempos surgem várias aproximações ao conceito de Poder Aéreo. Por exemplo, uma aproximação pela enumeração dos seus elementos, ou uma aproximação mais teórica como é o caso da da escola francesa que considera poder aéreo como o conjunto das forças, incluindo os seus meios geradores e de sustentação, cujo emprego se faz com a utilização de veículos aéreos com capacidade de deslocação controlada a três dimensões.

Poderemos ainda considerar um conceito sintético do seguinte contendo:

— Poder Aéreo é a capacidade de projectar força militar com utilização da terceira dimensão acima da superfície da Terra.

Esta força militar pode constituir o próprio veículo, através do seu poder de fogo próprio e dos seus sensores e comunicações de bordo, ou pode constituir-se em capacidade de mobilidade aérea e de reabastecimento de forças de superfície.

Em qualquer caso, o que se nos afigura importante sublinhar é que:

— O Poder Aéreo não inclui apenas o veículo que se desloca através da atmosfera, quer se trate de aeronave ou de míssil, mas também a estrutura e os recursos humanos e materiais necessários à produção, manutenção, operação, sustentação e comando e controlo daquele veículo;

- O Poder Aéreo não deve ser definido segundo critérios orgânicos, circunscrevendo-se por exemplo apenas a uma organização, mas sim segundo critérios de funcionalidade (ou de operação) e de potencialidade em termos militares;
- Numa perspectiva de defesa total inscrevem-se no Poder Aéreo os meios de aviação civil do Estado e outros que venham a ser requisitados para efeitos de reforço dos meios militares, em caso de conflito.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Em termos tecnológicos, o Poder Aéreo teve a sua expressão progressiva no balão, no dirigível, no avião e no míssil.

O avião, que é produto deste século e o elemento ainda mais significativo do Poder Aéreo, foi objecto de apreciação pela opinião pública, na altura do seu aparecimento, segundo duas ópticas diferentes:

- no sentido apocalíptico pelo poder de destruição que poderia vir a significar;
- no sentido do desenvolvimento e da paz, pela ultrapassagem da limitação geográfica, pela introdução de novos conceitos de espaço e de tempo, pela possibilidade de ligações entre os povos, pelo seu poder dissuasor.

Pensava-se na época (princípio do século) que o possível holocausto produzido nas capitais das Nações, desencorajaria as tentações bélicas entre os Estados.

Com o aparecimento do Poder Aéreo Convencional desenvolve-se um discurso de dissuasão muito semelhante ao que se viria a construir muito posteriormente com a dissuasão nuclear. Os efeitos produzidos, ao nível do psicológico, foram bastante diferentes; adiantamos desde já que nos parece que este resultado pode ter tido origem, essencialmente, numa má aplicação do Poder Aéreo Convencional em várias situações históricas de conflito, como iremos ter oportunidade de analisar superficialmente, e na proporção do efeito letal dos dois tipos de armas (convencional e nuclear), naturalmente. Uma aplicação menos descondicionada do Poder Aéreo, na exploração de todas as suas potencialidades poderia ter evitado as fatalidades ocorridas.

Em 1907, a Conferência de Haia banii o bombardeamento de cidades e estruturas *indefesas* por qualquer meio. Foi também o perigo do bombardeamento aéreo que fez desencadear esta resolução. Nem todos os países subscreveram esta resolução com o argumento da indefinição ou da ambiguidade do termo *indefesas*. O que se deveria entender por uma cidade indefesa?

É curioso referir que sessenta anos depois, as Nações Unidas adoptam uma outra prescrição relativa à não utilização do espaço para armas de destruição maciça. E ainda continua a ser curioso referir que o tratado ABM de 1972, entre os EUA e a URSS, configura o dispositivo defensivo permitido contra mísseis balísticos de ogiva nuclear, na mesma linha de preocupações do passado, correlacionando ataque com defesa.

No início do desenvolvimento do Poder Aéreo Convencional tem lugar a primeira guerra mundial.

A PRIMEIRA GRANDE GUERRA

O avião estava ainda na sua infância: o Reino Unido tinha cerca de 120 aviões, a França dispunha de um quantitativo idêntico e a Alemanha tinha um pouco mais, cerca de 230. No final da guerra o Reino Unido tinha cerca de 3300, a França cerca de 4500 e a Alemanha cerca de 2400, o que dá ideia do desenvolvimento explosivo da produção aeronáutica neste período. Mas a potencialidade estratégica do bombardeamento, tão fantasiada no período anterior à guerra, não foi evidente para os utilizadores do Poder Aéreo. No princípio o avião foi utilizado em reconhecimento aéreo, com resultados positivos na avaliação do dispositivo inimigo. Assim que as linhas foram estabelecidas e teve início a guerra das trincheiras, o avião foi utilizado essencialmente na observação e regulação do tiro de artilharia. Quando a superioridade de uma das partes permitiu a ruptura das linhas da outra parte surge o combate aéreo, basicamente porque o avião atacante era forçado a entrar no espaço normalmente ocupado pelo avião das forças atacadas — o combate surge porque há encontro casual e ao estilo da época, proporcionando os primeiros heróis da aviação militar. Ultrapassada esta fase da estratégia terrestre volta-se novamente à guerra de atricção e o avião volta a ser utilizado nas funções anteriores e em ataques a baixa altitude às posições inimigas. É importante ainda referir que as Ilhas Britânicas foram atacadas pela aviação alemã, inicialmente com dirigíveis e depois com

aviões, sem impacto muito significativo, mas que proporcionou um primeiro ensaio da defesa aérea, por parte da Grã-Bretanha.

TEORIZAÇÃO ENTRE AS DUAS GUERRAS

Finda a guerra segue-se um período de contenção de despesas militares e a produção aeronáutica militar baixa extraordinariamente. Mas a teorização sobre o Poder Aéreo conhece o seu período áureo, em especial na década de vinte. São protagonistas desta teorização, entre outros, o Air Marshall TRENCHARD, no Reino Unido, o General DOUHET, em Itália, e o General MITCHELL, nos Estados Unidos da América. Destes, aquele que tem uma obra publicada mais consistente é sem dúvida o General DOUHET.

Ainda em 1916 o Air Marshall TRENCHARD apresentou um memorando, que veio a ficar histórico, em que considerava o avião como uma arma ofensiva, devendo ser utilizada neste sentido para forçar o inimigo a uma posição defensiva — na sequência deste memorando foi criada a Força Britânica Independente de Bombardeamento que não teve resultados positivos, por razões de ordem diversa. A estratégia aérea proposta por TRENCHARD pode considerar-se sintetizada na seguinte parte de um texto da sua autoria:

«Deve ter-se bem presente que a defesa do nosso território não significa apenas o conjunto de acções que levam a impedir os aviões de ataque inimigos de voar sobre o nosso território. No seu sentido mais amplo, significa a vitória numa guerra aérea contra qualquer poder que decida atacar-nos; para ganhar esta guerra será necessário conduzir uma ofensiva pelo bombardeamento do país inimigo, destruindo as suas fontes do poder aéreo e qubrando o moral do seu povo.

Não é contudo necessário que uma força aérea, para derrotar uma Nação inimiga tenha que derrotar as suas forças armadas em primeiro lugar. O Poder Aéreo pode evitar este passo, passando por cima das Marinhas e dos Exércitos inimigos, penetrar as defesas aéreas e atacar os centros de produção, de transporte e de comunicação a partir dos quais o esforço de guerra inimigo é mantido.

A possibilidade da aplicação da força militar contra a estrutura vital duma Nação directa e imediatamente após o início das hostilidades é o mais importante e profundo desenvolvimento dos tempos modernos.»

O General MITCHELL foi um seguidor de TRENCHARD, tendo sido um defensor exaltado na constituição do Poder Aéreo Americano. A estratégia americana não previa o envolvimento armado noutros países ou continentes; MITCHELL considerava o bombardeiro aéreo como o mais eficaz dos meios na defesa americana contra qualquer poder naval que ameaçasse o território.

A teoria estratégica de DOUHET para o Poder Aéreo é toda ela baseada na capacidade ofensiva do futuro bombardeiro. A estratégia militar tinha evoluído para uma situação de impasse, de usura ou de desgaste, arrastando-se a guerra por períodos prolongados de massacre de parte a parte. A capacidade ofensiva do avião vinha criar desequilíbrios e resolver os conflitos de forma rápida e decisiva, ou então actuar como dissuasor e evitar ou reduzir a ocorrência dos conflitos. Os exércitos existiam para defender os interesses vitais dum País; se fosse possível atacar directamente esses centros vitais, poderia ser evitável a confrontação directa entre forças armadas, segundo o conceito tradicional — e o avião permitia essa possibilidade. Trata-se portanto duma ruptura com o conceito de CLAUSEWITZ e do surgimento dum conceito de guerra total, em que não estarão apenas envolvidas as forças armadas.

Os pressupostos da Teoria de DOUHET são os seguintes:

- Os aviões são instrumentos ofensivos de incomparáveis potencialidades, contra os quais nenhuma defesa efectiva pode ser prevista;
- O moral civil será completamente arrasado pelo bombardeamento dos centros populacionais.

Os elementos básicos da teoria são:

- para assegurar uma defesa nacional adequada, é necessário e suficiente estar em posição de conquistar o domínio do ar, em caso de guerra;
- Os objectivos primários do ataque aéreo não deverão ser as instalações militares, mas as indústrias e os centros de população distantes do contacto das forças de superfície;
- uma força aérea inimiga não deve ser atacada pelo combate aéreo mas primeiramente pela destruição das instalações terrestres e das fábricas donde provém o material;
- o papel das forças de superfície deverá ser defensivo, no sentido de sustentar uma frente e evitar um avanço inimigo para ocupação

e destruição dos novos centros vitais, enquanto que a ofensiva aérea tem em vista a paralisia do inimigo na manutenção de um exército e na vontade do povo para prosseguir;

- No interesse da mais económica aplicação do esforço total, a utilização de caças para a defesa deve ser desprezada. O tipo básico deve ser o avião de batalha que conduzirá bombardeamentos ao mesmo tempo que cuida da sua auto-protecção.

DOUHET considera que não existe defesa contra as massas de bombardeiros e que vencerá a guerra aquele que lançar o primeiro e decisivo ataque.

Esta posição corresponde à opção designada pelo primeiro ataque (first strike) na estratégia da dissuasão nuclear, mantendo-se portanto como referência actualizada.

Um outro ponto que DOUHET considera importante na sua teoria é o que se relaciona com a *selecção de objectivos*, e que está patente no seguinte extrato:

«A selecção de objectivos, incluindo o agrupamento de zonas e a determinação da ordem pela qual eles devem ser destruídos, é a tarefa mais delicada da guerra aérea, constituindo o que pode ser definido como estratégia aérea. Os objectivos variam consideravelmente na guerra, e a escolha deles depende principalmente da finalidade pretendida, seja da paralisação das marinhas e dos exército inimigos ou da destruição do moral dos civis na retaguarda das linhas. Esta escolha pode contudo ser baseada num grande número de considerações — militares, políticas, sociais e psicológicas.»

Hoje, os alvos são genericamente classificados em:

- do campo de batalha;
 - forças (counter-force) (por exemplo aviões, carros de combate e navios, bases aéreas e navais, áreas de reuniões, etc.);
 - valores (counter-value) (indústria, transportes, etc., e cidades)
- e é segundo este critério de selecção que as estratégias se desenvolvem.

SEGUNDA GRANDE GUERRA

Continuando o nosso percurso histórico, chegamos à chantagem de MUNIQUE de 1938 onde HITLER jogou de forma determinante com a ameaça do seu Poder Aéreo. Para isso contribuiu a sua própria propaganda

e a valorização que alguns observadores, incluindo o próprio LINDBERG, atribuíram à capacidade da LUFTWAFFE, e que se provou ser bastante exagerada. É claro que GUERNICA era ainda uma imagem muito recente, e teria tipo importância no plano do psicológico.

Quando a 2.^a Guerra foi desencadeada, as potências aliadas não estavam suficientemente preparadas em termos de forças aéreas: existiam quantitativos relativamente adequados, mas faltavam tripulações, treino e meios de apoio. As aeronaves não dispunham de todas as capacidades exigidas para uma guerra deste tipo, designadamente no campo do bombardeamento de longo alcance.

A ofensiva alemã foi lançada com o apoio maciço da sua força aérea que tratou de anular qualquer veleidade de reacções e que estabeleceu a supremacia aérea em toda a Europa Continental. A primeira dificuldade da LUFTWAFFE teve lugar em DUNKERQUE onde a RAF impediu o bombardeamento do porto, permitindo que cerca de 250 000 soldados ingleses, franceses e belgas tivessem sido evacuados para a Inglaterra.

O primeiro grande objectivo colocado de seguida aos aliados foi o da defesa aérea das Ilhas Britânicas, sujeitas ao bombardeamento maciço alemão orientado contra o poder aéreo e naval inglês. É nesta grande operação que surge uma faceta nova e particular do conflito que foi o da guerra electrónica, e que teve o nome popular de batalha dos feixes.

Quando LONDRES foi atingida por engano com os bombardeamentos aéreos, CHURCHILL aproveitou a oportunidade e mandou bombardear BERLIM. Não era a aplicação da teoria de DOUHET, em toda a sua pureza. CHURCHILL pretendia apenas fixar o Poder Aéreo Alemão no interior do seu território e aliviar a ofensiva aérea germânica contra a Grã-Bretanha, que acabou por ganhar a sua inexpugnabilidade com baixas significativas mas ainda assim muito inferiores às da Alemanha. Os aliados passaram à ofensiva (Primavera de 42), traduzida pelo bombardeamento aéreo de área contra grandes centros industriais, que significa grandes cidades industriais, com a finalidade de quebrar a vontade de combater e não especificamente para destruir a capacidade material para combater. A primeira cidade atingida foi Colónia em 30 de Maio de 1942; a seguir foi ESSEN e Hamburgo (Julho/Agosto de 1943) com 50 000 baixas fatais na população. Mas os alemães adaptaram-se a esta estratégia, para usar a expressão do Ministro alemão Speer.

É oportuno contrapor aqui o conceito de bombardeamento de precisão defendido pelos americanos, contrário do conceito inglês e que muita discussão suscitou.

Na sequência da Conferência de Casablanca de Fevereiro de 1943, assentou-se na ofensiva aérea com a finalidade de obter a «progressiva destruição e desarticulação dos sistemas militar, industrial e económico da Alemanha, e a debilitação do moral do povo alemão a um ponto tal em que a sua capacidade de resistência armada fique totalmente enfraquecida.»

Se quisermos transpor este conceito para o quadro da estratégia da dissuasão nuclear, diríamos que ele é a resposta exacta do que se pretende significar com a «destruição assegurada».

A selecção de objectivos para esta campanha foi objecto de um cuidado muito especial, seguindo a teoria de DOUHET. Mas há um facto significativo ocorrido nesta ofensiva, e que foi o desastre de SCHWEINFURT, em que uma percentagem apreciável de bombardeiros americanos foi abatida, o que quebrou o princípio de DOUHET quanto à concepção do emprego do bombardeiro e do caça. A partir desta data a incursão de bombardeiros passou a ser sempre escoltada por aviões de caça que, por serem superiores em «performance», produziram uma atricção enorme na aviação de caça alemã.

A grande ofensiva aérea aliada foi dirigida contra pontos muito específicos da capacidade industrial e logística de apoio às forças armadas, merecendo tratamento especial as unidades de produção aeronáutica e as unidades de produção de combustível de aviação.

As operações aéreas do Norte de África fizeram sobressair dois aspectos relevantes no emprego do Poder Aéreo: a necessidade de centralização, o que exige uma organização apropriada para o comando e controlo dos meios, e a importância da superioridade aérea como acção prioritária para o apoio aéreo ofensivo. E o mesmo se verificou em toda a operação no Mediterrâneo e na tomada da Sicília e da Itália.

A importância do Poder Aéreo foi devidamente demonstrada na Segunda Grande Guerra, ainda que não tenha sido utilizado no melhor aproveitamento das suas potencialidades estratégicas em todas as situações; foram exemplos mais flagrantes desta insuficiência o bombardeamento de área, ou seja de não precisão, e não consideração do Poder Aéreo na grande contra-ofensiva global, o que poderia ter evitado baixas na grande invasão da Normandia.

Pelo contrário, a utilização intensiva do bombardeamento aéreo do Japão evitou cerca de 1 milhão de baixas, que era o que se previa para a operação aero-terrestre de invasão do território.

Para se ter uma ideia de letalidade do ataque aéreo apressentam-se no quadro seguinte os resultados dos bombardeamentos de HIROSHIMA, NAGASAKI, TOQUIO e da média de 93 ataques (este último valor necessita de ser devidamente ponderado).

ESFORÇOS E RESULTADOS DO BOMBARDEAMENTO AÉREO

	<i>Hiroshima</i>	<i>Nagasaki</i>	<i>Toquio</i>	<i>Média em 93 Ataques urbanos</i>
N.º de aviões	1	1	279	173
N.º de bombas	1	1	1 667 ton.	1 129 ton.
Densidade de população por milha quadrada	35 000	65 000	130 000	—
Milhas quadradas destruídas	4,7	1,8	15,8	1,8
Mortos e desaparecidos	80 000	40 000	83 600	1850
Feridos	70 000	40 000	102 000	1830
<i>Ratio</i> de mortalidade por milha quadrada destruída	15 000	20 000	5300	1000
<i>Ratio</i> de feridos por milha quadrada	12 000	20 000	6300	1000

Nos conflitos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial o Poder Aéreo teve uma intervenção importante, embora muito condicionado politicamente em várias circunstâncias.

GUERRA DA COREIA

Na guerra da Coreia, antes da intervenção chinesa o Poder Aéreo foi utilizado na interdição em território sul-coreano, no envolvimento pela retaguarda e no apoio à força anfíbia desembarcada junto a SEUL; após

a intervenção chinesa a função principal do poder aéreo das NU foi a obtenção da superioridade aérea (impedindo a intervenção da aviação de ataque chinesa), e o apoio aéreo ofensivo às forças das NU. Por restrição de ordem política não foi autorizada a intervenção contra o poder aéreo chinês para além do RIO YALU.

GUERRA DO VIETNAM

Na guerra do Vietnam foi largamente utilizada a aviação estratégica em missões de âmbito tático, embora tenham sido estabelecidos alvos estratégicos em número apreciável (primeiro 94, passando depois para 240), logo no início do conflito. Por razões de natureza política só relativamente tarde houve autorização para o início do ataque estratégico, ainda com algumas limitações. Mas quando tal ocorreu, o inimigo tinha desenvolvida uma bem escalonada defesa, com anti-aérea, mísseis SAM-2 e aviões MIG, o que obrigou a uma protecção de custos bem elevados (as formações típicas de aviões de ataque a alvos no interior do território do Vietnam do Norte eram acompanhadas por igual número de aviões de escolta). O Poder Aéreo foi utilizado com sucesso para forçar o inimigo a um cessar-fogo à mesa das negociações.

GUERRAS DE GUERRILHA

Nos conflitos de pequenas dimensões, o Poder Aéreo tem dificuldade em encontrar o ponto de aplicação ideal para fazer quebar a vontade do inimigo em continuar a combater — os alvos são fluídos, difíceis de detectar e a mobilidade e dissimulação do inimigo são notáveis. Embora a exigência tecnológica não seja elevada, haveria ainda lugar para a sua aplicação — o que não aconteceu na realidade na maioria das situações. Regra geral, o ataque dos santuários não foi autorizado politicamente. O poder aéreo foi aplicado no bombardeamento de desequilíbrio, no reconhecimento, no apoio próximo, em mobilidade das forças de superfície, em comando aéreo, etc.

ISRAEL

Ao longo da sua história moderna, ISRAEL é o país que mais descon-
dicionou o emprego do seu poder aéreo, e a sua defesa está baseada em
grande parte na sua força aérea. A estratégia adoptada tem sido constante,
e que é a de atacar na origem, em prioridade, o poder aéreo inimigo e os
meios mais significativos das forças de superfície. É interessante recordar
que o Poder Aéreo está a ser utilizado em acções pontuais de retaliação,
usando uma precisão extraordinária, contra alvos situados em aglomerados
urbanos, o que é uma novidade na estratégia do emprego do Poder Aéreo.

PERÍODO PÓS-GUERRA

Dois factos, ocorridos quase em simultâneo, alteraram profundamente
a Estratégia; foram eles o desenvolvimento da arma nuclear e do motor
foguetes de grande potência permitindo um alcance intercontinental e uma
projectão de força militar para o espaço.

A arma nuclear para além de ser uma arma de destruição terrível
é também, ou essencialmente, uma arma psicológica. O seu emprego efectivo
traduziu-se numa estratégia de choque baseada no elemento de surpresa.
É uma arma decisiva, e a rendição do vencido, que é o efeito pretendido,
pressupõe uma alteração na estrutura do poder nacional — no caso japonês
o que a utilização da arma atómica fez foi acelerar o processo de alteração,
mas não foi certamente o único interveniente desse processo.

A arma nuclear transportada por aviões e por mísseis balísticos, nas
proporções actuais que se indicam:

	EUA	URSS
ICBMs	24%	75%
SLBMs	50%	20%
Aviões	26%	5%

fez surgir o debate sobre dissuasão nuclear com a evolução conhecida.
Por razões óbvias não vamos desenvolver aqui os parâmetros desse debate.
Adianta-se, contudo, que a paridade nuclear que forçou a passagem da
retaliação maciça para a resposta flexível, veio reforçar a importância das
forças convencionais e a necessidade de uma defesa avançada que contenha

os avanços inimigos, retardando assim o emprego da arma nuclear e fazendo funcionar a estratégia da dissuasão.

A partir do momento em que a União Soviética passou a dispôr de capacidade nuclear contra as forças estratégicas americanas, reduzindo portanto a eficácia da retaliação, em resposta ao primeiro ataque, houve a necessidade por parte destas em diversificar as plataformas de lançamento, designadamente no que se refere à sobrevivência dos mísseis balísticos baseados em terra, pelo reforço da protecção física dos silos e pela obtenção de mobilidade dos lançadores de mísseis, ao desenvolvimento dos mísseis balísticos transportados e lançados de submarino e à melhoria da capacidade do bombardeiro estratégico. Os mecanismos de vigilância actualmente disponíveis permitem uma preparação dos meios no sentido de diminuir o seu tempo de resposta e, eventualmente, lançar o contra-ataque, antes ou durante o ataque — este facto sobrevaloriza o vector aéreo, pela flexibilidade que porporciona nesta circunstância particular.

Por outro lado, a estratégia americana e da OTAN da resposta flexível faz elevar o limiar da aplicação nuclear e reforça a necessidade do convencional; também o conflito regional, fora do quadro da estratégia entre super-potências, faz apelo ao desenvolvimento de forças convencionais.

Por estas duas ordens de razões, e porque a tecnologia actual permite que seja considerada a possibilidade de penetração do meio aéreo nas defesas inimigas, pelo menos nesta fase em que não é desenvolvida a contra-medida adequada, a ideia do bombardeiro ganha força com aplicação dupla, convencional e nuclear, e para um leque de missões mais alargado, como avião de combate e reconhecimento.

A incorporação das tecnologias emergentes nas forças convencionais, que constitui um objectivo específico da Aliança desde o início da presente década, poderá aumentar significativamente as capacidades do Poder Aéreo nos campos do reconhecimento, da navegação e do ataque, ao mesmo tempo que garante uma maior sobrevivência.

ESTRATÉGIA AÉREA

Relativamente ao Poder Aéreo Convencional, extraindo portanto as capacidades nuclear e espacial, parece que estaremos em condições de definir alguns princípios básicos para a sua aplicação.

O Poder Aéreo de facto existente deverá resultar da aplicação de uma adequada estratégia genética, ou, se se quiser, constituirá um dos «outputs» do planeamento estratégico. Os meios devem ser adequados aos fins que prosseguem. Mas neste âmbito deve ainda realçar-se a importância da prontidão — é que os meios não significam apenas meios materiais; significam sistemas de armas completas, planos de operações bem claros, tripulações bem treinadas, sistemas de comando e controlo eficazes e adaptados aos objectivos, apoio logístico garantido, sustentação em combate bem ponderada, etc. A dissuasão só funciona se o Poder Aéreo estiver coerentemente organizado e capaz de actuar com eficácia e em permanência. O desenvolvimento tecnológico vai eliminando progressivamente os resquícios de improvisação. E a preparação vai sendo cada vez mais exigente e mais morosa.

Para além do estabelecimento dum dispositivo aéreo coerente com as missões atribuídas e da exigência imperiosa duma prontidão permanente face ao leque das acções a executar potencialmente, o Poder Aéreo deve manter, desde tempo de paz, uma vigilância do espaço aéreo de interesse nacional, para manutenção da soberania nacional, exercendo o policiamento do ar, reduzindo a surpresa de um ataque vindo do ar e exercendo a devida valorização das posições geo-estratégicas nacionais. É deste quadro que resulta igualmente a importância da gestão adequada do espaço aéreo nacional em tempo de paz e como recurso a proteger e valorizar, e em tempo de guerra para garantir uma utilização segura e eficaz dos nossos meios e dos nossos aliados, e negar essa utilização ao inimigo

RELAÇÃO DEFESA/ATAQUE

O Poder Aéreo é essencialmente de natureza ofensiva; pode constituir desequilíbrios e ser um instrumento decisivo, pela sua capacidade de destruição física e pela possibilidade de incursão no território inimigo. Mas constitui também um elemento defensivo importante. Tanto as potencialidades ofensivas como defensivas contribuem para a dissuasão militar. A relação entre a postura ofensiva e defensiva dependerá de um grande número de factores, a começar pelos objectivos estratégicos que se pretendem alcançar, pela ameaça, pela geografia, etc. O que não se poderá conceber é pretender-se a dissuasão apenas com um dispositivo exclusivamente de-

fensivo, pela razão simples da impossibilidade de alcançar defesas absolutas ou de criar espaços inexpugnáveis, e dos custos inoportáveis das despesas para margens de segurança relativamente pequenas (a segurança absoluta é inatingível).

A capacidade ofensiva do Poder Aéreo deve funcionar como instrumento de dissuasão e ser reactiva quando tiver lugar qualquer acto hostil por parte de um potencial inimigo.

SELECÇÃO DE ALVOS

A selecção dos alvos estratégicos continua a ser determinante para a caracterização de uma estratégia aérea, designadamente quanto à ponderação entre objectivos contra-forças ou contra-valores e ao «timing» da mudança do ataque de um para outro tipo de alvos, se for essa a opção tomada. Naturalmente que a análise destas matérias e a preparação para a execução constituem requisitos de prontidão da força. É que para cada alvo deverá ser determinado com rigor a finalidade da neutralização e os seus elementos críticos, para se determinar a vulnerabilidade, se definir a dimensão da força atacante, o tipo de ataque e de armamento a utilizar, as tácticas e as técnicas mais adequadas, entre outros factores.

SUPRESSÃO DE DEFESAS INIMIGAS

A invasão em território inimigo pressupõe a penetração nas suas defesas; e esta penetração poderá ser efectuada evitando essas defesas quando tal for possível, ou suprimindo-as temporariamente. Esta supressão exige um investimento adicional de meios e uma ponderação da razão custo/eficácia.

Na iminência de um ataque inimigo, o Poder Aéreo deverá lançar a sua ofensiva prioritária contra as fontes ou origens do Poder Aéreo Inimigo e contra as forças de superfície de reforço inimigas, num cenário convencional típico.

«COUNTER - AIR»

As operações «counter-air» ofensivas convencionais podem ser executadas por aeronaves, mísseis ou uma combinação de ambos. Os mísseis po-

derão ser balísticos ou de cruzeiro, podendo ainda ser lançados a partir do solo ou de plataformas aéreas. As aeronaves são os meios mais facilmente aceitáveis em termos comparativos, no plano político, dadas a sua flexibilidade, capacidade de reutilização e de diversão — a melhoria a introduzir nas aeronaves para a execução de operações aéreas ofensivas, traduz-se na redução dos tempos de resposta, na capacidade de actuação em ambiente degradado, na capacidade de sobrevivência e na capacidade de penetração (supressão das defesas inimigas e utilização de armas largadas à distância). Os mísseis convencionais apresentam alguns riscos técnicos, custos elevados e um impacto político significativo, pelos problemas que levantam pela sua indiferenciação com os mísseis nucleares.

No plano táctico, o primeiro objectivo do Poder Aéreo deverá ser a obtenção da superioridade aérea, pelo ataque aos meios aéreos ainda no ar e pelo ataque às fontes do poder aéreo inimigo na retaguarda.

DEFESA AÉREA

A defesa aérea, cujo sistema compreende acções e facilidades de natureza activa (a interceptação e o combate aéreo, por exemplo) e de natureza passiva (a protecção física, a camuflagem, a defesa civil, etc.), deve ser conduzida em profundidade, pelo menos até onde os sensores possam detectar e os nossos meios de interceptação possam alcançar. O sistema de defesa aérea activa, que deve prever a defesa dos recursos essenciais face a um ataque aéreo inimigo, assim como a atricção das aeronaves inimigas em voo, tem uma configuração típica constituída por:

- sistema de comando e controlo aéreo;
- sistemas de defesa de curto alcance (SHORAD);
- sistemas de mísseis de médio alcance;
- aviões interceptores;
- sistemas de mísseis de retaguarda;
- sistema de defesas pontuais.

GUERRA ELECTRÓNICA

Face às actuais dependências tecnológicas, em especial no campo dos sensores, dos meios de navegação e dos sistemas tácticos, que lhes propor-

cionam a eficácia, o controlo do espectro electromagnético é essencial para o sucesso das operações.

ORGANIZAÇÃO DO PODER AÉREO

Para efeitos de aplicação dos princípios da concentração de esforços nos pontos mais vulneráveis e selectivos do inimigo, da flexibilidade e versatilidade dos meios aéreos e da economia, a gestão do Poder Aéreo deverá ser centralizada.

COMANDO E CONTROLO AÉREO

A rapidez da resposta, a conduta específica das operações aéreas para obtenção da maior eficácia, exigem um sistema de comando e controlo aéreo que garanta o fluxo de informação necessária ao cumprimento da missão, numa perspectiva integrada de leque de acções aéreas e com a garantia da máxima capacidade de sobrevivência.

António de Jesus Bispo

General da Força Aérea
Assessor do IDN